

Plano vem numa só medida

Já no dia de sua posse, o presidente eleito Fernando Collor baixará uma única medida provisória, concentrando as diversas providências legais destinadas a reestruturar o Executivo, extinguir órgãos, cargos e comissões, decidir o destino dos funcionários públicos e se desfazer das residenciais oficiais dos ministros de Estado. Essa medida também fixará critérios e prazos para a conclusão do programa de privatização do governo, assim como seu plano de estabilização econômica.

A estratégia traçada por Collor e sua assessoria política é de submeter um pacote de medidas amplo, que esgote as providências indispensáveis a sua ação de governo, de forma a constranger o Legislativo no momento de apreciá-la. Se os parlamentares rejeitarem a medida, estarão inviabilizando o Governo Collor, argumentam seus assessores políticos.

A opção política do presidente eleito transmitida à equipe econômica foi de cobrar a maior parte da

conta do ajuste econômico dos empresários, principalmente do setor financeiro, e do próprio setor público. Neste sentido, o aumento de impostos programado recairá principalmente sobre a pessoa jurídica e aplicações financeiras. As alternativas são o aumento da contribuição social das empresas, hoje entre 10% e 14% do lucro das empresas não-financeiras e financeiras, respectivamente. Será elevada também a alíquota do IOF sobre operações financeiras, de acordo com o prazo de resgate da aplicação.

O ponto forte da estratégia de aumentar a arrecadação consiste no combate efetivo à sonegação, que começa por uma mudança significativa nos quadros da Receita Federal, considerados parcialmente comprometidos com os sonegadores.

Será feito um duro controle e corte dos gastos públicos, como resultado da reforma administrativa e uma administração mais austera do caixa do Tesouro. A meta é zerar o déficit já a partir de abril.